

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PAUTA

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

07/05/2019 TERÇA-FEIRA às 09 horas

Presidente CE: Senador Dário Berger

Vice-Presidente CE: Senador Flávio Arns

Presidente CCT: Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente CCT: Senadora Juíza Selma



Comissão de Educação, Cultura e Esporte Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

1º SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56º LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 07/05/2019.

REUNIÃO CONJUNTA

Terça-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Debater a prorrogação dos benefícios da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual).	8

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

PRESIDENTE: Senador Dário Berger VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (27 titulares e 27 suplentes)

SUPLENTES TITUI ARES Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, PRB, PP) Renan Calheiros(MDB)(8) AL (61) 3303-2261 1 Eduardo Gomes(MDB)(8) TO (61) 3303-5947 a Dário Berger(MDB)(8) 2 Eduardo Braga(MDB)(9) AM (61) 3303-6230 SC 5951 Confúcio Moura(MDB)(8) RO 3 Daniella Ribeiro(PP)(14) PB Marcio Bittar(MDB)(9) AC 4 Fernando Bezerra Coelho(MDB)(15) PE (61) 3303-2182 Luiz do Carmo(MDB)(9) GO 5 VAGO Mailza Gomes(PP)(10) 6 VAGO AC 7 VAGO VAGO(11) Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL(PSDB, PODE, PSL) Izalci Lucas(PSDB)(6) DE 1 Plínio Valério(PSDB)(6) AM Styvenson Valentim(PODE)(7) RN 2 Rodrigo Cunha(PSDB)(6) ΑI Lasier Martins(PODE)(7) RS (61) 3303-2323 3 Romário(PODE)(7) RJ (61) 3303-6517 / 3303-6519 Eduardo Girão(PODE)(7) CF 4 Rose de Freitas(PODE)(7) FS (61) 3303-1156 e 1158 Roberto Rocha(PSDB)(12) MA (61) 3303-5 Soraya Thronicke(PSL)(13) MS 1437/1435/1501/1 503/1506 a 1508 VAGO 6 VAGO Bloco Parlamentar Senado Independente(REDE, PDT, CIDADANIA, PSB) Leila Barros(PSB)(3) DF 1 Veneziano Vital do Rêgo(PSB)(3) PB 3215-5833 Cid Gomes(PDT)(3) CF TO (61) 3303-2708 2 Kátia Abreu(PDT)(3) Flávio Arns(REDE)(3) PR (61) 3303-3 Fabiano Contarato(REDE)(3) 2401/2407 Marcos do Val(CIDADANIA)(3) ES 4 VAGO Alessandro Vieira(CIDADANIA)(3) SE 5 VAGO Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS) Paulo Paim(PT)(5) RS (61) 3303-1 Jean Paul Prates(PT)(5) RN 5227/5232 Renilde Bulhões(PROS)(5)(16) ΑL 2 Humberto Costa(PT)(5) PE (61) 3303-6285 / Zenaide Maia(PROS)(5) RN 3215-5439 3 Paulo Rocha(PT)(5) PA (61) 3303-3800 **PSD** Angelo Coronel(1)(2) ВА 1 Nelsinho Trad(1) MS Carlos Viana(1) MG 2 Arolde de Oliveira(1) RJ Sérgio Petecão(1) (61) 3303-6706 a TO AC 3 Irajá(1) 6713 Bloco Parlamentar Vanguarda(DEM, PR, PSC) Jorginho Mello(PR)(4) SC 1 Zeguinha Marinho(PSC)(4) РΑ Maria do Carmo Alves(DEM)(4) SE (61) 3303-2 VAGO 1306/4055 Wellington Fagundes(PR)(4) (61) 3303-6213 a 3 VAGO

- (1) Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- (2) Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- 52/2019-04-190/2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (3) (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zeguinha (4)
- Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto (5) Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
- (6)
- Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).

 Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de (7) Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).
- (8) Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
 Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco
- (9)
- Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB). Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-(10)
- (11) Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
- (12)Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).

 Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº
- (13)09/2019-GSEGIRÃO).

- (14) Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
- (15) Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº
- Em 09.04.2019, a Senador Pernando Bezerra los designado membro supiente, pelo Bioco Parlamentar Unidos pelo Biasir, para compor a comissão (126/2019-6, DBD).

 Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). (16)

REUNIÕES ORDINÁRIAS: TERÇAS-FEIRAS 11:00 HORAS SECRETÁRIO(A): THIAGO NASCIMENTO CASTRO SILVA TELEFONE-SECRETARIA: 3498 FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA Nº 17-A TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: E-MAIL: ce@senado.leg.br

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (17 titulares e 17 suplentes)

TITULARES SUPLENTES			ES
	Bloco Parlamentar Unido	s pelo Brasil(MDB, PRB, PP)	
Renan Calheiros(MDB)(11)	AL (61) 3303-2261	1 Confúcio Moura(MDB)(11)	RO
Eduardo Gomes(MDB)(11)	ТО	2 Dário Berger(MDB)(11)	SC (61) 3303-5947 a 5951
Daniella Ribeiro(PP)(7)	РВ	3 Luiz do Carmo(MDB)(11)	GO
Vanderlan Cardoso(PP)(12)	GO	4 Mailza Gomes(PP)(6)(19)	AC
	Bloco Parlamentar PSDB/P	PODE/PSL(PSDB, PODE, PSL)	
Izalci Lucas(PSDB)(9)	DF	1 Mara Gabrilli(PSDB)(9)	SP
Rodrigo Cunha(PSDB)(9)	AL	2 Plínio Valério(PSDB)(9)	AM
Oriovisto Guimarães(PODE)(10)	PR	3 Styvenson Valentim(PODE)(10)	RN
Juíza Selma(PSL)(13)	MT	4 Major Olimpio(PSL)(14)	SP
Bloco F	Parlamentar Senado Indeper	ndente(REDE, PDT, CIDADANIA, PSB))
VAGO(15)(4)		1 Flávio Arns(REDE)(16)(4)	PR (61) 3303- 2401/2407
Marcos do Val(CIDADANIA)(4)	ES	2 Kátia Abreu(PDT)(4)	TO (61) 3303-2708
Weverton(PDT)(4)	MA	3 VAGO	
ı	Bloco Parlamentar da Resis	tência Democrática(PT, PROS)	
Jean Paul Prates(PT)(8)	RN	1 Renilde Bulhões(PROS)(8)(18)	AL
Paulo Rocha(PT)(8)	PA (61) 3303-3800	2 Rogério Carvalho(PT)(8)	SE
	F	PSD	
Arolde de Oliveira(2)	RJ	1 Carlos Viana(2)(3)	MG
Angelo Coronel(2)(3)	BA	2 Sérgio Petecão(2)	AC (61) 3303-6706 a 6713
	Bloco Parlamentar Va	anguarda(DEM, PR, PSC)	
Chico Rodrigues(DEM)(5)	RR	1 VAGO	
Wellington Fagundes(PR)(5)	MT (61) 3303-6213 a 6219	2 VAGO	

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, os Senadores Ángelo Coronel e Sérgio Petecão, (2)
- membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).
 Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, (3)
- pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD). Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, (4) membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor (5)a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº (6)
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº (7)
- (8) Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho. membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros
- suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).

 Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID). (10)
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02,2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº (12)
- s/n/2019-GLDPP).

 Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-(13)
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-(14)
- Em 19.02, 2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo, nº 17/2019-GLBSI). (15)
- Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano (16)
- Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI). Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT). (17)
- Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da (18)
- Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

 Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB). (19)

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 61 33031120

E-MAIL: cct@senado.leg.br



SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA

Em 7 de maio de 2019 (terça-feira) às 09h

PAUTA

Reunião Conjunta

Comissões		Nº Reunião
CE	Comissão de Educação, Cultura e Esporte	10
CCT	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	10
	Audiência Pública Interativa	
Loca	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15	

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

Debater a prorrogação dos benefícios da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual).

Observações:

Audiência pública será realizada em caráter interativo. Os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo número telefone 0800-612211.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- REQ 17/2019 CE, Senador Marcos do Val e outros
- REQ 12/2019 CCT, Senador Marcos do Val e outros

Convidados:

José Paulo Martins

 Secretário Especial da Cultura Adjunto (representante de: Ministério da Cidadania.)

João Márcio Silva de Pinho

 Secretário-Executivo (representante de: Agência Nacional do Cinema - ANCINE)

Leonardo Edde

Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (SICAV)

Mauro Garcia

Presidente Executivo da Brasil Audiovisual Independente (BRAVI)

REQ 00017/2019



REQUERIMENTO Nº DE - CE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de debater a prorrogação dos benefícios da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual).

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- 1. Sr. Henrique Medeiros Pires, Secretário Especial da Cultura do Ministério da Cidadania;
- 2. Sr. Christian de Castro, Diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema (ANCINE);
- 3. Sr. Leonardo Edde, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (SICAV);
- 4. Sr. Mauro Garcia, Presidente Executivo da Brasil Audiovisual Independente (BRAVI).

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual), permite que sejam deduzidas do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas as quantias referentes ao patrocínio à produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente.

Desde sua promulgação, em 1993, a Lei do Audiovisual tem sido um importante mecanismo de captação de renda para a realização de filmes criados por produtoras independentes.

Inicialmente prevista para durar até o ano de 2003, a Lei do Audiovisual recebeu constantes prorrogações, sendo a última realizada por meio da Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018 (fruto da conversão da Medida Provisória nº 796, de 2017). Essa lei prorrogou seus efeitos até o fim deste ano de 2019.

Este requerimento tem o objetivo de discutir com a sociedade, órgãos públicos e entidades do setor a necessidade de nova prorrogação da Lei do Audiovisual, dada sua importância no fomento da atividade audiovisual de produção independente brasileira.

Sala da Comissão, de de .

Senador Marcos do Val



SENADO FEDERAL Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

REQUERIMENTO N° DE - CCT

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de debater a prorrogação dos benefícios da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual).

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- 1. Sr. Henrique Medeiros Pires, Secretário Especial da Cultura do Ministério da Cidadania;
- 2. Sr. Christian de Castro, Diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema (ANCINE);
- 3. Sr. Leonardo Edde, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (SICAV);
- 4. Sr. Mauro Garcia, Presidente Executivo da Brasil Audiovisual Independente (BRAVI).

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual), permite que sejam deduzidas do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas as quantias referentes ao patrocínio à produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente.



Desde sua promulgação, em 1993, a Lei do Audiovisual tem sido um importante mecanismo de captação de renda para a realização de filmes criados por produtoras independentes.

Inicialmente prevista para durar até o ano de 2003, a Lei do Audiovisual recebeu constantes prorrogações, sendo a última realizada por meio da Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018 (fruto da conversão da Medida Provisória nº 796, de 2017). Essa lei prorrogou seus efeitos até o fim deste ano de 2019.

Este requerimento tem o objetivo de discutir com a sociedade, órgãos públicos e entidades do setor a necessidade de nova prorrogação da Lei do Audiovisual, dada sua importância no fomento da atividade audiovisual de produção independente brasileira.

Sala da Comissão,

Senador MARCOS DO VAL



REQUERIMENTO Nº 12 DE 2019 - CCT

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de debater a prorrogação dos benefícios da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual).

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- 1. Sr. Henrique Medeiros Pires, Secretário Especial da Cultura do Ministério da Cidadania;
- 2. Sr. Christian de Castro, Diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema (ANCINE);
- 3. Sr. Leonardo Edde, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (SICAV);
- 4. Sr. Mauro Garcia, Presidente Executivo da Brasil Audiovisual Independente (BRAVI).

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual), permite que sejam deduzidas do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas as quantias referentes ao patrocínio à produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente.



Desde sua promulgação, em 1993, a Lei do Audiovisual tem sido um importante mecanismo de captação de renda para a realização de filmes criados por produtoras independentes.

Inicialmente prevista para durar até o ano de 2003, a Lei do Audiovisual recebeu constantes prorrogações, sendo a última realizada por meio da Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018 (fruto da conversão da Medida Provisória nº 796, de 2017). Essa lei prorrogou seus efeitos até o fim deste ano de 2019.

Este requerimento tem o objetivo de discutir com a sociedade, órgãos públicos e entidades do setor a necessidade de nova prorrogação da Lei do Audiovisual, dada sua importância no fomento da atividade audiovisual de produção independente brasileira.

Sala da Comissão,

Senador MARCOS DO VAL

Senador STYVENSON VALENTIM